

ESTIMULO À TRANSFORMAÇÃO DA

# EDUCAÇÃO

ATRAVÉS DA PESQUISA ACADÊMICA

# 3

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA  
(Organizador)

ESTIMULO À TRANSFORMAÇÃO DA

# EDUCAÇÃO

ATRAVÉS DA PESQUISA ACADÊMICA

# 3

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA  
(Organizador)

 **Atena**  
Editora

Ano 2021

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

## Estímulo à transformação da educação através da pesquisa acadêmica 3

**Diagramação:** Maria Alice Pinheiro  
**Correção:** Maiara Ferreira  
**Indexação:** Gabriel Motomu Teshima  
**Revisão:** Os autores  
**Organizador:** Américo Junior Nunes da Silva

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E81 Estímulo à transformação da educação através da pesquisa acadêmica 3 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-557-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.577210110>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

## APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos, em 2020, por uma pandemia: a do novo coronavírus. O distanciamento social, reconhecida como importante medida para barrar o avanço do contágio, fez as escolas e universidades suspenderem as suas atividades presenciais e repensarem estratégias que aproximassem a comunidade escolar. E é nesse momento histórico, o de assumir a virtualidade como uma dessas medidas, considerando-se as angústias e incertezas típicas do contexto pandêmico, que os/as autores/as deste livro intitulado **“Estimulo à transformação da Educação através da pesquisa acadêmica”** reúnem os resultados de suas pesquisas e experiências e problematizam sobre inúmeras questões que os/as [e nos] desafiam.

Como evidenciou Daniel Cara em uma fala a mesa *“Educação: desafios do nosso tempo”* no Congresso Virtual UFBA, em maio de 2020, o contexto pandêmico tem sido “tempestade perfeita” para alimentar uma crise que já existia. A baixa aprendizagem dos estudantes, a desvalorização docente, as péssimas condições das escolas brasileiras, os inúmeros ataques a Educação, Ciências e Tecnologias, os diminutos recursos destinados, a ausência de políticas públicas, são alguns dos pontos que caracterizam essa crise. A pandemia, ainda segundo ele, só escancarou o quanto a Educação no Brasil ainda reproduz desigualdades.

Nesse ínterim, faz-se pertinente colocar no centro das discussões as diferentes questões educacionais, sobretudo aquelas que nascem das diversas problemáticas que circunscrevem o nosso cotidiano. O cenário político de descuido e destrato com as questões educacionais, vivenciado recentemente, nos alerta para a necessidade de criação de espaços de resistência. É importante que as inúmeras problemáticas que circunscrevem a Educação, historicamente, sejam postas e discutidas. Precisamos nos permitir ser ouvidos e a criação de canais de comunicação, como este livro, aproxima a comunidade das diversas ações que são vivenciadas no interior da escola e da universidade. Portanto, os diversos capítulos que compõem este livro tornam-se um espaço oportuno para o repensar do campo educacional, considerando os diversos elementos e fatores que os inter cruzam.

Este livro reúne um conjunto de textos, originados de autores/as de diferentes estados brasileiros e países, e que tem na Educação sua temática central, perpassando por questões de Gestão e Políticas Educacionais, Processos de Letramento Acadêmico, Ensino de Ciências e Matemática, Metodologias Ativas, Educação à Distância, Tecnologias, Ludicidade, Educação Inclusiva, Deficiências etc. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas educacionais postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos/as professores/as pesquisadores/as, como os/as que compõem esta obra.

Os/As autores/as que constroem essa obra são estudantes, professores/as pesquisadores/as, especialistas, mestres/as ou doutores/as e que, muitos/as, partindo

de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos/as autores/as e discussões por eles/as empreendidas, mobilizam-se também os/as leitores/as e os/as incentivam a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma produtiva e lúdica leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

#### EDUCAÇÃO E CIDADANIA NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Amanda Fratea de Lucca

Ana Cláudia Pozo Grieco

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5772101101>

### **CAPÍTULO 2..... 13**

#### AULA INVERTIDA E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS

Cristina Maria Correia Barrosos Pinto

Ana Isabel Carvalho Teixeira

Maria Cristina Bompastor Augusto

Adelino Manuel da Costa Pinto

Maria de Fátima Segadães Moreira

Isilda Maria de Oliveira Carvalho Ribeiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5772101102>

### **CAPÍTULO 3..... 25**

#### ESTUDO DE CASO DE IMPLANTAÇÃO DA SALA DE AULA INVERTIDA NUMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE GOIÁS

Rúbio Sérgio Torquato de Melo

Eric David Cohen

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5772101103>

### **CAPÍTULO 4..... 45**

#### FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS USADAS PELOS DISCENTES DO ENSINO SUPERIOR EM PERÍODO DA PANDEMIA DO COVID-19

Maria do Socorro Corrêa da Cruz

Nathalia Regina Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5772101104>

### **CAPÍTULO 5..... 57**

#### INCLUSÃO E AUTONOMIA NA EXPERIMENTAÇÃO EM QUÍMICA: UTILIZAÇÃO DE CÓDIGO CROMÁTICO TÁTIL PARA ENSINO EXPERIMENTAL DE POTENCIAL HIDROGENIÔNICO

Maycon Bruno Barbosa Vieira

Brenda Emanuelle Vieira Rodrigues

Ingred Martins Guerra

Lairton Silva Nunes

Rafael Lisandro Pereira Rocha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5772101105>

<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>72</b>
VIVÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NO ENSINO SUPERIOR: UM ENSAIO DE POSSIBILIDADES	
Lauraci Dondé da Silva Luciana Peixoto Cordeiro Marlene Terezinha Fernandes Rozimeri Pereira Ranzolin	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.5772101106">https://doi.org/10.22533/at.ed.5772101106</a>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>84</b>
O GÊNERO MEMÓRIA NA AULA DE LITERATURA DO ENSINO FUNDAMENTAL II	
Márcia Beatriz Gonçalves Dias Josiane de Souza Silva Andrea Portolomeos	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.5772101107">https://doi.org/10.22533/at.ed.5772101107</a>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>102</b>
O DIREITO À CULTURA PELO PATRIMÔNIO IMATERIAL: UMA INVESTIGAÇÃO ACERCA DA INCLUSÃO E ACESSO DE SURDOS À CULTURA POPULAR MARANHENSE	
Alexandre Moura Lima Neto Alessandra Anchieta Moreira Lima de Aguiar	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.5772101108">https://doi.org/10.22533/at.ed.5772101108</a>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>117</b>
O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR NA CARREIRA DE EDUCADORES RECÉM FORMADOS	
Erika Fialho Gianni Queiroz Haddad	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.5772101109">https://doi.org/10.22533/at.ed.5772101109</a>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>131</b>
O USO DAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA	
Débora Corrêa Fonseca Jaqueline Moll Marivaldo Souza Santos Eliana Aparecida Ferreira	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.57721011010">https://doi.org/10.22533/at.ed.57721011010</a>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>140</b>
PERCEPÇÕES DOS DOCENTES QUE ATUAM NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO DE ANGOLA SOBRE A INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	
Niembo Maria Daniel Marta Lígia Pomim Valentim	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.57721011011">https://doi.org/10.22533/at.ed.57721011011</a>	

**CAPÍTULO 12..... 155**

PROFESUP. CAMBIO PARADIGMÁTICO DE LA PROFESIONALIZACIÓN DOCENTE EN LA ERA DE LA TRANSFORMACIÓN DIGITAL

Manuel Fernández Cruz

Pilar Ibáñez Cubillas

Inmaculada Ávalos Ruiz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.57721011012>

**CAPÍTULO 13..... 168**

PROPOSTA DE APRIMORAMENTO DO ALUNO DE GRADUAÇÃO EM FISIOTERAPIA PARA INSERÇÃO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Fabiana Holtz Cordeiro

Sandra Regina Mota Ortiz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.57721011013>

**CAPÍTULO 14..... 183**

AUGMENTED REALITY FOR THE TEACHING-LEARNING OF CARDIAC PHYSIOLOGY IN THE NURSING DEGREE: STUDENTS' PERCEPTION

Carlos Rodríguez-Abad

Carmen Fernández-de-la-Iglesia

Raquel Rodríguez-González

Alba-Elena Martínez-Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.57721011014>

**CAPÍTULO 15..... 195**

RODA A SETA: CONSTRUÇÃO E APLICAÇÃO DE JOGO DIDÁTICO PARA PROCESSOS DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Amanda Ouriques de Gouveia

José Benedito dos Santos Batista Neto

Thiago Marcírio Gonçalves de Castro

Livia Caroline Machado da Silva

Thacyana Vitória Lopes de Carvalho

Carmen Lúcia Araújo Paes

Aline Ouriques de Gouveia

Alisson Ouriques de Gouveia

Valeria Regina Cavalcante dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.57721011015>

**CAPÍTULO 16..... 205**

TRABALHANDO COM EXPERIMENTOS DE FÍSICA E CIÊNCIAS NUMA ESCOLA PRISIONAL NO BRASIL

Luciano Gomes de Medeiros Junior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.57721011016>

<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>222</b>
<p>UMA ABORDAGEM DE DIAGNÓSTICO PARA AVALIAÇÃO DE DIFICULDADES MATEMÁTICAS EM NOVOS ESTUDANTES DE ENGENHARIA: APLICAÇÃO DE UM CASO DE ESTUDO NO ISEP</p> <p>Gabriela Gonçalves Luís Afonso Teresa Ferro</p> <p> <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.57721011017">https://doi.org/10.22533/at.ed.57721011017</a></p>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>228</b>
<p>UTILIZAÇÃO DAS MÍDIAS DIGITAIS PARA ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: ATUAÇÃO DAS LIGAS ACADÊMICAS NO CONTEXTO DA PANDEMIA</p> <p>Horrana Carolina Bahmad Gonçalves Daniele Belizário Bispo Edson Jose Pereira Junior Isabel Silva Migliavacca Jean da Silva Lourenço Maria Luiza Silva Teixeira Vitória Rezende Megale Bernardes Luciana Caetano Fernandes</p> <p> <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.57721011018">https://doi.org/10.22533/at.ed.57721011018</a></p>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>234</b>
<p>ANÁLISE DO USO DO CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO DE PROFESSORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DA BAHIA</p> <p>Newton João Teixeira Junior</p> <p> <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.57721011019">https://doi.org/10.22533/at.ed.57721011019</a></p>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>249</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>250</b>

# CAPÍTULO 8

## O DIREITO À CULTURA PELO PATRIMÔNIO IMATERIAL: UMA INVESTIGAÇÃO ACERCA DA INCLUSÃO E ACESSO DE SURDOS À CULTURA POPULAR MARANHENSE

*Data de aceite: 21/09/2021*

*Data de submissão: 02/07/2021*

### **Alexandre Moura Lima Neto**

Mestrando em Cultura e Sociedade (UFMA).

Professor Universitário ((UFMA)

Membro do Grupo de Pesquisa em Patrimônio Cultural (CNPq)

<http://lattes.cnpq.br/1706282255569486>

### **Alessandra Anchieta Moreira Lima de Aguiar**

Mestra em Meio Ambiente (UniCeuma)

Professora Universitária (UniCEUMA)

<http://lattes.cnpq.br/6325229077291069>

**RESUMO:** Partindo do pressuposto de que a cidade de São Luís é reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade em face de sua rica arquitetura e do conjunto de elementos históricos que a constitui, compreende-se que todos os cidadãos, indistintamente, possuem direitos a acessar esta cultura. Todavia, tendo em vista a heterogeneidade presente nas sociedades em geral, a cidade citada, é também, formada por um grupo minoritário, a dos deficientes auditivos ou surdos, que se comunicam pela modalidade espaço-visual, apresentando limitações pelo sentido da audição, o que instigou este estudo a fim de compreender como as instituições públicas têm trabalhado nesse sentido. Assim, objetivando-se investigar a garantia de acessibilidade dos surdos no tocante aos aspectos culturais na cidade de São Luís, Maranhão, desenvolveu-se uma pesquisa que em seu delineamento

metodológico se caracteriza como documental com abordagem qualitativa, dando-se através da análise dos editais de eventos culturais dos anos de 2017, 2018 e 2019. No tocante aos resultados do estudo, estes mostraram que há, ainda, uma lacuna na inclusão dos surdos junto aos eventos e à plenitude do acesso aos elementos culturais característicos da região.

**PALAVRAS - CHAVE:** Patrimônio Imaterial. Surdos. São Luís. Cultura.

### THE RIGHT TO CULTURE THROUGH IMMATERIAL HERITAGE: AN RESEARCH ON THE INCLUSION AND ACCESS OF THE DEAF TO MARANHENSE POPULAR CULTURE

**ABSTRACT:** Assuming that the city of São Luís is recognized as a Cultural Heritage of Humanity due to its rich architecture and the set of historical elements that constitute it, it is understood that all citizens, without distinction, have the right to access this culture. However, in view of the heterogeneity present in societies in general, the city mentioned is also formed by a minority group, the hearing-impaired or deaf, who communicate through the space-visual modality, presenting limitations due to the sense of hearing, the who instigated this study to understand how public institutions have worked in this direction. Thus, aiming to investigate the guarantee of accessibility for deaf people about cultural aspects in the city of São Luís, Maranhão, a research was developed that in its methodological design is characterized as documentary with a qualitative approach, through the analysis of notices of cultural events for the years 2017, 2018 and 2019. Regarding

the results of the study, they showed that there is still a gap in the inclusion of deaf people in the events and full access to cultural elements characteristic of the region.

**KEYWORDS:** Intangible Heritage. Deaf. São Luís. Culture.

## 1 | INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui proposta objetivou analisar a garantia de acessibilidade dos surdos aos elementos da cultura ludovicense, no que tange a área do Patrimônio Imaterial de São Luís e seus espaços memoriais, os quais são caracterizados pela diversidade cultural, com elementos que atraem maranhenses e turistas do Brasil e de outras partes do mundo.

Partindo desta premissa e compreendendo que os sujeitos com deficiência, em especial as pessoas surdas, experienciam o acesso à cultura popular de modo incompleto pelo fato de que a maioria das atividades artísticas e culturais praticadas no Estado do Maranhão ocorrem com base em expressões orais-auditivas, observou-se a necessidade de se desenvolver investigação acerca da acessibilidade propiciada pelas instituições públicas, ou no caso da falta dela, com vistas a garantir às pessoas portadoras de deficiência auditiva o acesso aos conhecimentos que se materializam no contexto da cultura popular em âmbito local.

Nesse sentido, elencou-se a seguinte questão norteadora: em que medida as instituições públicas de São Luís garantem acessibilidade aos surdos, tomando como pressuposto a falta desta, no tocante aos conteúdos à plenitude das atividades artísticas e culturais?

Assim, considerando-se para tanto o fato de São Luís ser Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade, constituindo-se como polo de atração turística, esta possui o dever de, em uma perspectiva de inclusão, proporcionar a todos indistintamente, acesso aos elementos que formam sua cultura popular e que estão fora do alcance dos surdos em razão de sua deficiência, visto que pensa-se ser este um meio de fomentar conhecimentos culturais e desenvolvimento pessoal às pessoas portadoras de deficiência auditiva, incluindo-as à cultura popular maranhense.

No tocante ao percurso metodológico, este trabalho se trata de uma pesquisa documental, pois delinea sua investigação com base em material pertencente às instituições oficiais, o qual se encontra fixado em local público para consultas (CERVO; BERVIAN, 2002), que no caso aqui, foram os editais de eventos culturais da Cidade de São Luís, Maranhão, correspondentes aos anos de 2017, 2018 e 2019.

Este trabalho possui uma natureza básica, visto que não se volta à aplicação prática prevista, mas se configura em importante artefato teórico para pesquisas futuras, apresentando também a abordagem de pesquisa qualitativa uma vez que não se direciona para o levantamento de números, lidando apenas com interpretações da realidade social sem focar em dados numéricos (MARCONI; LAKATOS, 2017). Seus objetivos são exploratórios

pois permitem ao investigador aumentar sua experiência, diante de determinado problema, o que é essencial para levantar possibilidades de pesquisa. (GIL, 2008).

Os resultados apontaram que a elaboração dos documentos de instituições públicas em São Luís voltadas à organização de eventos culturais ainda possui fragilidades no sentido de desconsiderar a heterogeneidade da sociedade, que no caso em tela se trata dos cidadãos surdos com modalidade comunicacional diferente da oral-auditiva.

Deste modo, com a investigação proposta, pretende-se cativar os olhares aos sujeitos surdos e aos direitos humanos fundamentais, os quais se encontram impressos através da cultura, memória e desenvolvimento social com base nos aspectos culturais e patrimoniais, dispostos na Constituição Federal de 1988.

## **2 | SURDEZ E CULTURA**

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada em 10 de dezembro de 1948, estabelece que: “Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios” (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA, 1948, não paginado). Portanto, de acordo com o dispositivo, todos deveriam ter acesso à cultura, que proporciona dentre vários fatores, o desenvolvimento dos aspectos cognitivo, emocional, comportamental e motor. E sob este aspecto, vale ressaltar que, tem-se cultura segundo Canclini (1987), enquanto um sistema de signos e significados criados pelas sociabilidades humanas e que abrange elementos materiais e não materiais, concebido como fator preponderante às sociedades diversas pelo seu potencial de desenvolver visões políticas e sócio-históricas.

Neste cenário também se inserem os surdos, que vale ressaltar, no Brasil, representam a comunidade usuária da Língua Brasileira de Sinais (Libras), reconhecida linguisticamente a partir da Lei 10.436/2002, a qual coloca a Libras como primeira língua desse segmento populacional, com características culturais próprias que marcam seu modo de viver (BRASIL, 2002). Chama-se a atenção para o fato de que a inacessibilidade aos aspectos culturais não se dá somente em termos locais, mas em uma perspectiva para além desta região central, abarcando o público que se desloca de cidades alocadas fora da capital maranhense e suas cercanias a fim de vivenciar a diversidade da cultura local, inserindo-se neste contexto, o Turismo Cultural que no caso em tela, diz respeito às manifestações ocorridas em períodos como o São João, festejos juninos ou Carnaval.

Nesse sentido, a Constituição vigente discorre em seu artigo 205 que o Estado deverá garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, apoiando e incentivando a valorização e a difusão das manifestações culturais. (BRASIL, 1988).

Outro dispositivo Legal, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) também dispõe em seu

capítulo IX que as pessoas com deficiência têm direito ao esporte, lazer, turismo e bens culturais de forma acessível, assim como a liberdade de conhecer monumentos locais de importância histórica, colocando na responsabilidade do Poder Público a adoção de soluções direcionadas para a eliminação das barreiras que os excluem. (BRASIL, 2015).

Ratifica-se que os sujeitos surdos são cerceados, muitas vezes pela falta de acessibilidade, o que os coloca em uma posição de inferioridade e de exclusão, pois a forma de comunicação pela Língua Brasileira de Sinais (Libras), modalidade visual-espacial, não é de conhecimento da maioria da sociedade, assim como o recurso do profissional tradutor/ intérprete de Libras nem sempre se faz disponível. Logo, observa-se a não aplicabilidade das Leis nos principais órgãos de cultura da cidade de São Luís, assim como de Leis e decretos nacionais que foram criados para diminuir a exclusão destes sujeitos aos aspectos culturais. (SKLIAR, 2016).

Nesse sentido, conforme o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2014), a cidade de São Luís do Maranhão que é constituída por um conjunto arquitetônico histórico o qual é reconhecido como Patrimônio Cultural da humanidade pela *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO), assim como possui um complexo de museus que apresentam toda a historicidade da cidade, compreendendo ainda manifestações artístico-culturais, deve logo proporcionar acesso a todos os sujeitos habitantes ou visitantes a este complexo cultural nela existente.

No entanto, a interação dos sujeitos, de modo geral, que deveria ocorrer com o mundo que os cerca desde os primeiros minutos de vida, não prevalece para algumas minorias, o que prejudica a pessoa em formação, que no caso aqui disposto, se refere ao grupo social e minoritário constituído por pessoas surdas. Tal falta de acesso à cultura e aos aspectos patrimoniais é dificultada quando esses sujeitos não encontram responsividade, haja vista que, os espaços culturais carecem de acessibilidade para pessoas com essa deficiência por estas não conseguirem se comunicar através de um código comum e semelhante, os colocando em uma posição que é, muitas vezes, de inferioridade e de exclusão, tendo em vista sua condição física, conforme pontua Falcão (2015).

Chama-se a atenção para as proposições de Perlin (2016) quando este expressa que o fato de tal exclusão além de cercear os surdos do acesso e interação com a cultura local, os impede de compreender e até mesmo distinguir as peculiaridades inerentes à cultura popular, assim como à diversidade maranhense, privando-os do acesso aos saberes imprescindíveis a sua inserção social. Diante deste cenário, pode-se observar diversas concepções errôneas de que esses sujeitos não podem compartilhar da cultura ou quaisquer outras manifestações que aconteçam em modalidade diferente da comunicação espaço-visual.

Tendo em foco a necessidade do acesso à cultura a todo e qualquer cidadão, Carvalho *et al.* (2017) afirma que nas últimas décadas, o Turismo Cultural vem ocupando um importante lugar em meio às políticas de acessibilidade, a partir da premissa de que todos

são iguais, propiciando assim, o acesso a saberes e fazeres dos sujeitos, não somente em relação ao conhecimento que subjaz de espaços e expressões das manifestações culturais, como do acesso integral ao conteúdo que emerge no contexto de tais ocorrências, o que faz com que se reflita sobre como se dão tais expressões e em que medida estas são extensivas aos sujeitos envolvidos, indistintamente.

Considera-se que para a construção deste estudo, entender cultura é parte fundamental, sendo assim, defini-la não é uma tarefa das mais simples, pois a Cultura envolve pluralidade de interesses, sendo estudada em áreas como antropologia, história, sociologia, entre outras. Mesmo sob diversos vieses, é possível acordar que a cultura é essencial para se estar em sociedade, uma vez que, por meio desta é que os indivíduos experienciam o sentido da vida.

Entre suas muitas definições tem-se, a partir de Hall (2005), a cultura como um compartilhamento de vivências e significados comuns, o qual contribui para o progresso de determinadas comunidades, ganhando total relevância quando se transforma em força a fim de ser politicamente considerada. (EAGLETON, 2011).

Assim, no que se refere ao termo “cultura”, indiscutivelmente polissêmico, reflete-se acerca das colocações de Rubim (2007) que a concebe enquanto uma dimensão simbólica a qual propicia sentido ao mundo em geral e aos sujeitos em relação a ele e aos outros.

Para Canclini (1983) a cultura apresenta uma ideia contemporânea com certa configuração desmembrada que não precisa ser delimitada sistematicamente, uma vez que, esta encontra-se em permanente transformação do espaço, de construção de sentidos, entre outros mais.

Este demarca ainda que os processos de representação simbólica se interligam às estruturas mentais e à transformação do social (CANCLINI, 1983) e nessa direção Bourdieu (2011) a define pela posição em que os sujeitos ocupam em diferentes esferas, salientando que a memória está intrinsecamente ligada a ela, através da história dos antepassados e de seu povo.

Partindo destas memórias, Cutrim (2001) destaca o fato da possibilidade de serem coletivas, possuindo assim convicções e valores, os quais espelham determinadas épocas e seus momentos histórico e sociais.

Ao permitir que as experiências comuns de um povo sejam compartilhadas, os espaços, memórias e manifestações culturais representam significativa responsabilidade em perpetuar sua historicidade. Desta forma, a partir de instituições como museus, bibliotecas e manifestações culturais, os acontecimentos se mantêm vivos nas memórias dos indivíduos, que se tornam, também, parte desta história, como concorda Cutrim (2001) ao discorrer que as significações e lugares-memórias são distintas para os diversos setores, de modo que cada pessoa legitima aquilo que reconhece enquanto representação simbólica, pois o passado não é igual para todos.

Compreende-se, diante do exposto, que o estar vivendo em sociedade se constitui a

partir das construções individuais da memória que cada sujeito tem acesso, pois, segundo Bourdieu (2011), cultura, memória e identidade permitem que sejam edificadas construções de saberes, conhecimentos culturais, entre outras especificidades próprias do homem enquanto ser social. Entretanto o acolhimento nos ambientes, tais como museus, bibliotecas e eventos artísticos-culturais nem sempre se dão de modo igual a todo e qualquer sujeito, deixando à margem da cultura minorias, ainda que pertencentes ao mesmo grupo social e espaço geográfico, o que demanda explorar alguns termos que vêm sendo utilizados na contemporaneidade.

Nessa perspectiva, o termo acessibilidade, segundo Sasaki (1997), passou a ser utilizado na década de 1940, com o início dos serviços de reabilitação física e profissional. Após modificações tanto no termo quanto no entendimento acerca do que o define, tem-se hoje que, acessibilidade é o ato de propiciar condições para que os sujeitos com necessidades especiais possam usufruir dos espaços públicos de forma segura e independente. (BRASIL, 2015).

Sendo assim, os espaços culturais devem ser completamente acessíveis, e oferecer de forma igualitária a todo o público, experiências culturais que contribuem na transformação social destes indivíduos, independentemente da sua condição física, mental, intelectual ou sensorial (SASSAKI, 1997). Para tanto, faz-se necessário demarcar que:

As bibliotecas, os museus, os locais de reuniões, conferências, aulas e outros ambientes de natureza similar dispõem de espaço reservado para as pessoas que utilizam cadeira de rodas e de lugares específicos para pessoas com deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhantes, de acordo com as normas técnicas da ABNT, de modo a facilitar-lhes as condições de acesso, circulação e comunicação. (INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS, 2002, p. 59).

Os direcionamentos expostos em normas, leis e decretos, discorrem acerca da relevância de que tais espaços estejam aptos a acolher os cidadãos, os quais especificamente, são pertencentes a cultura local. Em relação à cidade de São Luís, campo de pesquisa deste estudo, esta foi reconhecida em 1997 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como Patrimônio Cultural Mundial, em virtude do destaque dado aos seus acervos e espaços patrimoniais.

Esta possui elementos culturais conhecidos internacionalmente e reconhecidos como patrimônio cultural e imaterial, tais como o Tambor de Crioula (reconhecido em 2007) e o Bumba Meu boi (reconhecido em 2019). Cabendo apontar também o Centro Histórico de São Luís que teve seu acervo reconhecido como Patrimônio da Humanidade, pela UNESCO, no ano de 1997, segundo afirmam Figueiredo *et al.* (2011).

Desta forma, precisa-se repensar o fato de que pessoas não habitantes da cidade conheçam com clareza de detalhes a cultura local, enquanto os nativos ficam à margem. Nessa acepção, Eagleton (2011) destaca que quando a ideia de cultura começa a significar aprendizagem e artes, sendo atividades confinadas a uma minúscula proporção de homens

e mulheres, esta é empobrecida. Portanto, aos espaços memoriais e todas as festividades se fazem necessárias aos surdos, haja vista, serem estes pertencentes à cultura maranhense, bem como, parte da construção dessa história.

No contexto da surdez, Strobel (2008) atenta para o termo “cultura surda”, que se define como a forma que estes sujeitos entendem o mundo e modificam-no, tornando-o acessível e habitável a partir de suas percepções visuais. Logo, a cultura surda legitima-se, também, pela língua, ideias, hábitos e crenças que envolvem a comunidade do povo surdo.

[...] As identidades surdas são construídas dentro das representações possíveis da cultura surda, elas moldam-se de acordo com maior ou menor receptividade cultural assumida pelo sujeito. E dentro dessa receptividade cultural, também surge aquela luta política ou consciência oposicional pela qual o indivíduo representa a si mesmo, se defende da homogeneização, dos aspectos que o tornam corpo menos habitável, da sensação de invalidez, de inclusão do entre os deficientes, de menos valia social. (PERLIN, 2016, p. 77-78)

Assim, o surdo participa de uma sociedade majoritária ouvinte, e que possuindo aspectos culturais disponibilizados de modo oral-auditivo, deixam esses sujeitos à margem dos saberes culturais, o que evidencia o histórico de sofrimento e segregação deste grupamento apesar de sua participação na sociedade, ao longo dos anos, ter experimentado mudanças significativas. (HONORA, 2014).

Desse modo, pensar em um espaço de cultura acessível é garantir a oferta de conhecimentos a estes sujeitos, os quais podem adquirir, a partir da língua, todo o conhecimento cultural que envolve a cidade de São Luís, em face desta ser um polo cultural de humanidade, de envolvimento histórico, e sobretudo de cultura aos surdos enquanto cidadãos de direito, sejam estes ludovicenses ou turistas, que vêm ao Maranhão para vislumbrar as expressões da cultura popular do Estado.

Assim, para os sujeitos surdos, a cultura e acesso aos conhecimentos de suas origens e do legado deixado pelos ancestrais, os faz se sentir importantes, enquanto cidadãos como afirma Luz (2013). Compreende-se, então, que a capital do Estado possui acervos culturais de grande relevância, sendo dever dos órgãos competentes permitir tal acesso.

### **3 I ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS**

O primeiro documento investigado é datado do ano de 2017 e se refere ao edital de chamamento público da Prefeitura de São Luís, Secretaria Municipal de Cultura (SECULT), Edital N° 07/2017 (SÃO LUÍS, 2017) tratando a respeito do credenciamento de propostas para atender à organização dos festejos juninos, especificamente os arraiais, promovidos e apoiados por esta prefeitura.

As festividades juninas no Estado do Maranhão são uma tradição, e segundo afirma Ferretti (2008), a festa é uma homenagem a quatro santos, entre eles: Santo Antônio, São

João, São Pedro e São Marçal. Durante todo o mês de junho são montados arraiais, onde se apresentam grupos de Bumba meu Boi, Tambor de Crioula, entre outros característicos da época e do Estado.

De fato, uma festa bastante significativa tanto para os envolvidos quanto para o pessoal que observa, dispondo-se em ir a estes locais para prestigiar as comemorações. Todavia, no contexto da surdez, alguns momentos abertos à apreciação acabam por lhes impor limitações, tendo em vista que, os elementos relacionados ao sentido da audição impedem que os sujeitos surdos participem destes eventos, em virtude de suas impossibilidades comunicacionais.

Em tese, com base na Constituição Federal do Brasil tem-se que “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 1988). Contudo, na prática o que se vê, vai de encontro ao postulado, como bem ilustra o quadro 1 que descreve as demandas dos profissionais do edital nº 07/2017 para a organização das festividades juninas em São Luís, Maranhão, visto que não menciona, em excerto algum a necessidade de profissional que preze pela acessibilidade a estes eventos:

<p><b>COORDENADOR DE EVENTOS</b> - Profissional com experiência comprovada no planejamento e organização de grandes eventos, sujeito à prévia aprovação pela contratante, com a responsabilidade de prestar assessoria prévia e de acompanhar e orientar o contingente alocado pela contratada.</p>	<p><b>COORDENADOR DE PROGRAMAÇÃO</b> - Profissional com a atribuição em planejar, desenvolver toda a programação cultural e artistas dos eventos, sendo responsável pelo desenvolvimento dessa programação em todo o período do evento, sujeito à prévia aprovação pela contratante.</p>	<p><b>COORDENADORES DE ESPAÇOS</b> - Profissional atuante em coordenar espaços nos eventos os quais serão realizados pela contratante.</p>
<p><b>COORDENADOR EXECUTIVO</b> - Profissional com atribuição de coordenar a execução das atividades relacionadas ao evento.</p>	<p><b>ARQUITETO/PROJETISTA:</b> Profissional capacitado a prestar serviços de criação de projetos e finalização de plantas para eventos diversos.</p>	<p><b>ASSESSOR DE IMPRENSA</b> - Profissional graduado em comunicação social, com atuação na área por no mínimo 2 anos e responsável pela assessoria e interlocução/atendimento à imprensa.</p>
<p><b>FOTOGRAFO</b> – Prestação de serviços de fotografia profissional em Câmera Profissional Digital SLR.</p>	<p><b>COLABORADORES (EQUIPE DE APOIO)</b> – Prestação de serviço especializados nas tarefas para as quais forem demandados.</p>	<p><b>ELETRICISTA</b> - Prestação de serviço profissional habilitado na mão de obra para manutenção de obras elétricas.</p>
<p><b>AUXILIAR DE ELETRICISTA</b> - Prestação de serviço profissional em auxiliar de eletricista, compreendendo serviços de instalação e troca de lâmpadas, luminárias e tomadas.</p>	<p><b>FISCAIS DE EVENTOS (DIURNO)</b> - Prestação de serviço na função de fiscalização do evento, mantendo a ordem nos espaços, sendo seu plantão no horário diurno com duração de 12 horas trabalhadas.</p>	<p><b>FISCAIS DE EVENTOS (NOTURNO)</b> - Prestação de serviço na função de fiscalização do evento, mantendo a ordem nos espaços, sendo seu plantão no horário noturno com duração de 12 horas trabalhadas.</p>

<p><b>FISCAIS DE EVENTOS (PERÍODO DO EVENTO)</b> - Prestação de serviço na função de fiscalização do evento, mantendo a ordem nos espaços, sendo seu plantão no horário de ocorrência do evento, com duração de 10 horas trabalhadas.</p>	<p><b>FISCAIS DE EVENTOS (PERÍODO DO EVENTO)</b> - Prestação na função de fiscalização do evento, mantendo a ordem nos espaços, sendo seu plantão no horário de ocorrência do evento, com duração de 10 horas trabalhadas, devendo estar trajado de terno completo e gravata.</p>	<p><b>EQUIPE DE LIMPEZA</b> - Prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização, da área na qual será realizado o evento, bem como, para manter a higiene permanente conforme a demanda exigida</p>
<p><b>BRIGADA DE INCÊNDIO</b> - Prestação de serviços com equipe previamente treinada, organizada e capacitada para realizar atendimento em emergências, conforme NBR 14276, atuando na prevenção e combate de incêndios, prestação de primeiros socorros e evacuação de ambientes.</p>	<p><b>BRIGADA DE INCÊNDIO (NOTURNO)</b> - Prestação de serviços com equipe previamente treinada, organizada e capacitada para realizar atendimento em emergências, conforme NBR 14276, atuando na prevenção e combate de incêndios, prestação de primeiros socorros e evacuação de ambientes.</p>	<p><b>LOCUTOR</b> - Prestação de serviço com profissional treinado e capacitado, possuindo experiência comprovada em locução de eventos culturais de no mínimo 5 anos, podendo atuar em área fechada e aberta.</p>
<p><b>DIRETOR DE PALCO</b> - Prestador de serviço profissional com a atribuição de coordenar as atividades de palco e <i>backstage</i> – atuando durante o evento.</p>	<p><b>CARREGADOR</b> – Prestador de serviço atuante no transporte manual de trabalhos de carga e descarga, visando ao transporte de mobiliários, equipamentos e volumes.</p>	<p><b>CORDELISTA</b> - Profissional capacitado responsável pela concepção da linguagem Cordel, sendo este possuidor de conhecimento na riqueza da literatura de cordel.</p>

Quadro 1 - Demanda de profissionais para atuarem nos arraiais em São Luís e suas respectivas tarefas

Fonte: Adaptado de São Luís (2017)

Assim, como observado, o quadro dispõe de 21 profissionais para atuarem nos locais de evento, especificando suas áreas e funções. Entre os profissionais de áreas técnicas e estruturais há até profissionais comunicadores e, como no caso em tela o cordelista que precisaria, conforme o documento, ser responsável pela concepção de linguagem de cordel, porém, o documento não cita, em nenhum trecho, o profissional tradutor-intérprete de Libras.

Vale lembrar que segundo afirmam Costa *et al.* (2020) os profissionais tradutores-intérpretes de Libras são intermediadores linguísticos que propiciam a comunicação entre surdos e a sociedade majoritária ouvinte. Estes profissionais foram reconhecidos pela Lei Nº 12.319/2010, que entre outras coisas, constituem-se enquanto recursos comunicacionais em espaços educacionais, na área da saúde e, conforme o art. 6º e inciso IV deverão atuar no “apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas” (BRASIL, 2010, não paginado).

O segundo documento investigado trata-se do Edital Nº 08/2018 da Prefeitura de São Luís, Secretaria Municipal da Cultura (SECULT) que expressa o seguinte objetivo (SÃO LUÍS, 2018):

O presente edital tem por objeto tornar público o interesse da municipalidade em firmar TERMO DE COLABORAÇÃO, com Organização da Sociedade Civil, esta executando e fornecendo projeto para as comemorações do

ANIVERSÁRIO DA CIDADE DE SÃO LUIS 2018, incluindo no calendário da cidade tendo como programação referente aos dias 05 de setembro de 2018 – Dia municipal do Regueiro (Lei Municipal 4.102 de 2002), 06 de setembro de 2018 – Dia Municipal do Tambor de Crioula e seus Brincantes (Lei Municipal 4349 de 2014), 07 de setembro de 2018 – Shows Artísticos, 08 – Shows Ecumênicos (SÃO LUÍS, 2018, p. 1)

Por se tratar do evento de comemoração ao aniversário da Cidade de São Luís, este se faz repleto de historicidade e identidade cultural, uma vez que envolve os habitantes locais, sendo os surdos ludovicenses pertencentes a este grupo também, porém permanecendo à margem uma vez que não é possibilitado que compreendam a festividade pela inacessibilidade ao conteúdo, pois neste edital de nº 08/2018, também não foi exigida a participação dos profissionais tradutores/intérpretes de Libras.

Nessa acepção, Canclini (1987) postula que os significados criados pelas sociabilidades envolvem os elementos não apenas materiais, mas também a história de representação destes elementos aos indivíduos que estimulam um sentimento de pertencimento sendo estes da sociedade em que estão inseridos, pensamento este se encontra inclusive compartilhado no documento em questão:

A comemoração do ANIVERSÁRIO DA CIDADE DE SÃO LUIS 2018 corresponde ao momento propício de colocar em prática as diretrizes de políticas públicas estabelecidas no Plano Municipal de Cultura/2016, no que diz respeito à Dimensão simbólica – que se fundamenta na ideia de que é inerente aos seres humanos a capacidade de simbolizar. Adotar essa dimensão contempla todas as expressões da diversidade cultural brasileira: artes populares, eruditas e de massas são colocadas num mesmo patamar político, merecendo igual atenção do Estado; Dimensão Cidadã – liga-se ao processo de definir e colocar em prática os direitos culturais, sendo estes vitais para o desenvolvimento humano. Os quatro direitos culturais formulados internacionalmente são: direito autoral, direito à livre participação na vida cultural (produção e consumo), direito à identidade cultural e direito ao intercâmbio cultural e cooperação cultural internacional e, por fim, a Dimensão econômica – que considera a cultura como elemento estratégico da nova economia, que se baseia na informação, na criatividade e no conhecimento. Essas dimensões ressaltam a importância da promoção de espaços e possibilidades de desenvolvimento cultural de uma cidade, sendo o período que se comemora o Aniversário da Cidade de São Luís, uma oportunidade de promover a cultura local (SÃO LUÍS, 2018, p. 1-2).

Diante ao excerto, em destaque ao edital analisado, observou-se que os termos cultura e identidade são fortemente marcados por uma demanda expressa, mas desconsideram a possibilidade de uma sociedade heterogênea, neste caso aqui discutido, o fato de que nem todos os cidadãos ludovicenses se comunicam de forma oral-auditiva, demandando especificidades para que possam ser incluídos aos eventos.

Nessa direção Bourdieu (2011) destaca que o homem enquanto ser sociável se identifica como pertencente a este mundo pelas suas experiências, sobretudo em grupo. Destarte, estas questões de identidade e cultura culminam sentimentos como o de

pertencimento, isto é, fazer parte de algo, estar onde se sente bem e encontra significações.

No caso deste documento em discussão, que trazia a organização do evento de aniversário da Cidade de São Luís não houve preocupação em assegurar acessibilidade, pensando nas pessoas com deficiência que poderiam se fazer presentes no local. Desse modo, torna-se essencial que os surdos se reconheçam como pertencentes a região, que identifiquem elementos que os tratem como iguais, portanto, a participação nos espaços de eventos desse modelo, precisam ser repensados, inclusive no momento da formulação do edital, pois é urgente reexaminar o fato da sociedade não se encaixar em uma homogeneidade superficial.

O terceiro e último documento analisado foi o Edital Nº 04/2019 (SÃO LUÍS, 2019) que dispunha sobre o credenciamento por meio de acordo de cooperação entre entes privados, Secretaria Municipal de Cultura (SECULT) e organização da sociedade civil, no projeto denominado de “São João 2019”, sendo este executado por pessoas jurídicas sem fins lucrativos, interessadas em captar e apresentar propostas à SECULT para atender à logística e programação artísticas promovidos e apoiados pela Prefeitura de São Luís em contrapartida com compartilhamento de patrimônio público:

O presente edital tem por objeto tornar público o interesse da municipalidade em firmar acordo de cooperação, com Organização da Sociedade Civil, esta como captadora e executora em parceria técnico-financeira, através de acordo de cooperação, para possível parceria para planejar, executar ou partilhar, via atuação em rede com o vencedor da Chamada Pública 02/2019/SECULT, projetos para o SÃO JOÃO 2019, com a seção de espaços públicos e espaços publicitários na Praça Maria Aragão e onde se fizer presente as promoções referentes ao São João realizado pela prefeitura de São Luís, promovendo assim as festividades juninas de 2019 (SÃO LUÍS, 2019, p. 1).

Assim, com a finalidade aqui exposta e as demandas para que as propostas de organização do São João em São Luís –MA pudessem ser aceitas exigia-se, entre outras coisas, que as empresas tivessem objetivos estatutários ou regimentais voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, bem como, compatíveis com o objeto do instrumento a ser pactuado, no entanto não preconizava a inclusão.

Não especificava e nem exigia que as empresas participantes compusessem propostas para que a acessibilidade ao evento de São João e os elementos culturais a ele atrelados pudessem ser compartilhados a todo e qualquer cidadão.

Sendo assim, sobre as manifestações culturais que ocorrem no mês junino em São Luís compartilha-se do pensamento de Ferretti (2008) quando esta postula que é muito difícil para um brasileiro pensar em uma sociedade sem nenhuma referência cultural, tendo em vista a riqueza histórica que o Brasil carrega, e que, aqui no Maranhão se perpetua por séculos.

O Bumba meu Boi, por exemplo, muito embora seja apresentado por uma infinidade de elementos visuais, coloridos, está para além do que se pode ver quando se apresenta,

há uma historicidade que entre outras coisas, influencia na formação identitária e cultural dos habitantes locais.

E, sob este aspecto, é que se ratifica a importância dos documentos voltados à organização dos eventos na cidade serem pensados em uma perspectiva inclusiva, isto é, garantindo o acesso das manifestações culturais em sua plenitude, sobretudo pelo fato de que o Bumba meu Boi foi, em 2019, reconhecido como patrimônio cultural imaterial da humanidade (UNESCO, 2019), o que chama à reflexão de que, se pessoas de outros países conhecerão esta manifestação, os surdos maranhenses não poderiam estar à margem deste cenário.

Concordando à assertiva, Perlin (2016) discorre que é necessário estabelecer estratégias para que o alcance do surdo à cultura aconteça de modo a perceberem por si só que o simbolismo das manifestações, e de que os espaços patrimoniais não pertencem apenas à sociedade majoritária ouvinte, mas que fazem parte da história de todos que habitam o local e dele fazem parte.

#### **4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em face do estudo apresentado foi possível observar que o patrimônio cultural seja ele material ou imaterial, assim como os eventos a ele atrelados compreendem um conjunto de ações que estabelecem conexões históricas versando entre simbolismo, identidade e memórias de um povo (BOURDIEU, 2011), considerando, portanto, que tais elementos se fazem essenciais à vida e formação do homem em sociedade.

Todavia, o percurso deste estudo também demonstrou que as instituições públicas investigadas não têm considerado que a sociedade é formada por um público heterogêneo e que em São Luís os surdos são cidadãos possuidores de direitos à cultura, como preconiza a Constituição Federal Brasileira, todavia, os editais investigados não mencionam recursos ou outras estratégias para incluir a participação dos surdos nos eventos comemorativos da região.

Enfatiza-se por fim, que os surdos fazem parte de um grupo minoritário, com peculiaridades comunicacionais e formas diferentes de perceber o mundo, carecendo, como garantia constitucional que as instituições públicas voltem seus olhares a esta questão, tanto pelos direcionamentos da lei vigente como pela responsabilidade de suas ações em sociedade, sobretudo em São Luís, Cidade Patrimônio da Humanidade e que dispõe de um complexo e rico acervo cultural.

## REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1998. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 1 set. 2020.
- \_\_\_\_\_. **Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei 10.436 de 24 de abril de 2002 que dispõe sobre a Libras. Brasília, 2005. Disponível em: [planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm). Acesso em: 1 set. 2020.
- \_\_\_\_\_. **Lei Federal 10.436 de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. Brasília, 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm). Acesso em 1 set. 2020.
- \_\_\_\_\_. **Lei N. 13.146 de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com Deficiência. Brasília, 2015. Disponível em: [planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 1 set. 2020.
- CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 1983.
- \_\_\_\_\_. Políticas culturales y crisis de desarrollo: un balance latinoamericano. In: CANCLINI, N. G. (org.). **Políticas culturales en América Latina**. México: Editorial Grijalbo, 1987. p.13-59.
- CARVALHO, C. M. B.; CUTRIM, K. D. G.; RODRIGUES, S. R. C. Empreendedorismo cultural e turismo: perspectivas para desenvolvimento das indústrias criativas no bairro da Madre Deus, São Luís (Maranhão, Brasil). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém. v. 12, n. 2, p. 629-646, maio-ago. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v12n2/1981-8122-bgoeldi-12-2-0629.pdf>. Acesso em: 1 set. 2020.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2002
- COSTA, J. C.; CRUZ, V.; ALMEIDA, M. M. S. Educação em tempos de pandemia: narrativas de intérpretes de libras sobre as aulas em modalidade remota. In: ARAÚJO FILHO, P. M.; NERES, R. L., MARTINS, E. R.; BRANDÃO, R. J. B. (orgs.). **Educação 4.0: tecnologias educacionais**. São Luís: Editora Pascal, 2020.
- CUTRIM, K. D. B. G. **Políticas de preservação do Centro Histórico de São Luís**. 2001. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2001.
- EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2011.
- FALCÃO, L. A. B. **Educação de surdos: comportamentos, escolarização e o mercado de trabalho**. Recife: Ed do autor, 2015.
- FERRETTI, M. Encantados e encantarias no folclore brasileiro. **Repositório do Programa de pós-graduação em Políticas Públicas**, UFMA, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufma.br/jspui/handle/1/198>. Acesso em: 10 jun. 2021.

FIGUEIREDO, M. G.; VARUM, H.; COSTA, A. Caracterização das técnicas construtivas em terra edificadas no século XVIII e XIX no centro histórico de São Luís (MA, Brasil). **Arquitetura Revista**, [s. l.], v.7, n.1, 2011. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/arquitetura/article/view/1280/340>. Acesso em: 8 fev. 2020.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Resolução 207 A III**. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 10 dez. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 02 jul. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HONORA, M. **Inclusão educacional de alunos com surdez: concepção e alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2014.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Patrimônio: práticas e reflexões**. Rio de Janeiro: IPHAN: COPEDOC, 2007.

\_\_\_\_\_. **São Luís (MA)**. 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/346/>. Acesso em: 01 jul. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS. **Conhecendo nossos direitos e deveres: legislação federal**. Rio de Janeiro: INES, 2002.

LUZ, R. D. **Cenas surdas: os surdos terão lugar no coração do mundo?** São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017

PERLIN, G. O Lugar da Cultura Surda. In: THOMA, A. S.; LOPES, M. C. (orgs.). **A Invenção da Surdez: Cultura, alteridade, Identidade e Diferença no campo da educação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

RUBIM, A. A. C. Cultura, conexão, contemporaneidade. **Revista Comunicação, Mídia e Consumos**, São Paulo, v. 4, p. 107-125. mar. 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/4732/1/5028-13425-1-PB.pdf>. Acesso em: 1 set. 2020.

SÃO LUÍS. **Edital de Chamamento Público Nº 04/2019**. 2019. Disponível em: [https://saoluis.ma.gov.br/midias/anexos/1448\\_chamada\\_publica\\_04\\_acordo\\_de\\_colaboracao\\_sao\\_joao\\_2019.pdf](https://saoluis.ma.gov.br/midias/anexos/1448_chamada_publica_04_acordo_de_colaboracao_sao_joao_2019.pdf). Acesso em: 01 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. **Edital de Chamamento Público Nº 07/2017**. 2017. Disponível em: [https://saoluis.ma.gov.br/midias/anexos/1237\\_edital\\_de\\_chamada\\_publica\\_n\\_07-2017.pdf](https://saoluis.ma.gov.br/midias/anexos/1237_edital_de_chamada_publica_n_07-2017.pdf). Acesso em: 01 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. **Edital de Chamamento Público Nº 08/2018**. 2018. Disponível em: [https://saoluis.ma.gov.br/midias/anexos/1366\\_chamada\\_publica\\_08\\_termo\\_de\\_colaboracao\\_aniversario\\_da\\_cidade\\_2018.pdf](https://saoluis.ma.gov.br/midias/anexos/1366_chamada_publica_08_termo_de_colaboracao_aniversario_da_cidade_2018.pdf). Acesso em: 01 jul. 2021.

SASSAKI, R. K. **Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SKLIAR, C. **A Surdez**: um olhar sobre as diferenças. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016.

STROBEL, K. L. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: UFSC, 2008.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Bumba Meu Boi do Maranhão agora é Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade**. 12 dez. 2019. Disponível em: <https://pt.unesco.org/news/bumba-meu-boi-do-maranhao-agora-e-patrimonio-cultural-imaterial-da-humanidade>. Acesso em: 01 jul. 2021.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Ações educativas na prisão 205

Angola 12, 140, 141, 142, 144, 145, 149, 151, 152, 153, 154

Aplicativos educacionais 45

Aprendizagem 9, 9, 13, 15, 18, 19, 20, 21, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 65, 66, 68, 69, 70, 73, 74, 76, 79, 81, 107, 118, 120, 123, 128, 133, 135, 137, 174, 175, 179, 181, 182, 183, 195, 196, 197, 201, 202, 203, 204, 206, 210, 215, 217, 221, 223

Atenção Primária à Saúde 168, 181

Avaliação de conhecimento 222

### C

Carreira 12, 8, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 130, 141, 142, 143, 148, 149, 235, 238, 241, 245

Cidadania 11, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 21, 44, 56, 135, 214, 221

Competência Clínica 13

Construção coletiva 72

Coordenador Pedagógico 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130

Cultura 12, 7, 8, 15, 47, 87, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 123, 140, 142, 143, 150, 153, 157, 214, 249

### D

Deficientes Visuais 57, 60, 68, 70, 71

Direitos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 58, 102, 104, 109, 111, 113, 115, 123, 169, 205, 206, 207, 208, 209, 212, 221, 242

Diretriz Curricular Nacional 168

Diversidad 155, 156, 160

Docentes 12, 28, 29, 31, 33, 35, 36, 41, 42, 51, 76, 83, 93, 117, 119, 122, 125, 128, 129, 130, 137, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 160, 161, 166, 167, 177, 193, 200, 201, 212, 217, 219, 223, 228, 229, 238

### E

Educação 2, 9, 10, 11, 12, 13, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 43, 44, 46, 47, 49, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 64, 70, 71, 74, 75, 76, 77, 80, 83, 85, 86, 90, 92, 93, 94, 100, 107, 114, 115, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 125, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 143, 153, 154, 170, 171, 172, 179, 181, 182, 195, 197,

201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 215, 218, 219, 220, 221, 222, 229, 230, 231, 232, 234, 235, 238, 246, 248, 249

Educação em Saúde 13, 181, 195, 197, 203, 229, 230, 231

Educação no século XXI 25

Educação prisional 205

Educación Superior 155, 156, 157, 158, 159, 165, 166, 184, 192

Enfermagem 13, 14, 16, 17, 19, 20, 21, 43, 170, 171, 183, 195, 197, 199, 200, 203, 232

Engenharia 14, 76, 129, 222, 224, 237

Ensino 9, 11, 12, 14, 5, 6, 7, 8, 9, 13, 14, 15, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 64, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 93, 94, 100, 110, 118, 121, 123, 124, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 151, 152, 153, 154, 168, 170, 174, 179, 180, 181, 182, 183, 195, 196, 197, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 207, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 238, 242, 249

Ensino de Física e Ciências 205

Ensino de literatura 84, 86, 90, 92, 93

Ensino de Química 57, 58, 59, 69, 203, 204

Ensino Superior 11, 12, 5, 14, 22, 25, 26, 27, 28, 43, 44, 45, 46, 54, 55, 72, 133, 134, 140, 141, 142, 144, 145, 147, 152, 153, 154, 168, 170, 174, 183, 195, 197, 223, 227, 238, 249

Escola básica 84, 85, 86, 93

Evaluación del Profesorado 156, 165, 166

Experimentos de baixo custo 59, 205, 217

Experimentos Químicos 57

## F

*Feelipa Color Code* 57, 58, 70

Ferramentas 11, 21, 28, 29, 30, 32, 37, 39, 40, 41, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 131, 134, 173, 201, 202, 217

Ferramentas tecnológicas 11, 30, 32, 40, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54

Fisiologia 183

Fisioterapia 13, 168, 169, 171, 172, 173, 175, 179, 180, 181, 182

## I

Influência 20, 91, 99, 117, 119, 124, 125, 153, 178, 200, 202

Instituições de Ensino Superior Privadas 140

Integralidade em saúde 168

Interculturalidade 155, 156, 160

## **J**

Jogos 133, 194, 196, 201, 202, 203, 204

## **L**

Literatura infanto-juvenil 84

Ludicidade 9, 76, 196, 249

## **M**

Matemática 9, 23, 44, 133, 220, 222, 223, 224, 226, 227, 249

Medicina 170, 181, 183, 194, 228, 229, 230, 231

Memória 12, 66, 84, 86, 88, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 99, 101, 104, 106, 107

Metodologia ativa 25, 26, 30, 33, 35, 40, 41, 42, 173, 174, 175, 179

Moodle 25, 26, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 48, 52

## **N**

Núcleo de Apoio à Saúde da Família 168, 171, 180, 181, 182

## **P**

Pandemia 9, 11, 12, 14, 13, 45, 46, 48, 49, 50, 55, 114, 131, 132, 134, 135, 136, 138, 139, 173, 228, 230, 231, 233

Patrimônio Imaterial 12, 102, 103

Pesquisa Científica 140, 142, 150, 151, 220

Plataforma de ensino 25

Prática inovadora 72

Profesionalização 13, 155, 156, 158, 159, 160, 162, 163, 165, 167

professores recém-formados 117, 130

## **R**

Realidade Aumentada 183, 194

Recursos tecnológicos 25, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 53, 54, 55, 138

Relações Comunidade-Instituição 229

## **S**

São Luís 45, 49, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115

Software Educacional 133

Surdos 12, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115

## **T**

Tecnologia da Informação 13, 55

Teste Diagnóstico 222, 223, 224, 225, 226, 227

Transformación digital 13, 155, 156, 159, 160

## **V**

Vivências Interdisciplinares 12, 72, 77, 79, 80, 82

ESTIMULO À TRANSFORMAÇÃO DA

# EDUCAÇÃO

ATRAVÉS DA PESQUISA ACADÊMICA

# 3



[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)



[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

 **Atena**  
Editora

Ano 2021

ESTIMULO À TRANSFORMAÇÃO DA

# EDUCAÇÃO

ATRAVÉS DA PESQUISA ACADÊMICA

# 3



[www.arenaeditora.com.br](http://www.arenaeditora.com.br)



[contato@arenaeditora.com.br](mailto:contato@arenaeditora.com.br)



[@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora)



[www.facebook.com/arenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/arenaeditora.com.br)

Atena  
Editora

Ano 2021